

Em Minas, despesas ilegais

BELO HORIZONTE — O Tribunal de Contas de Minas Gerais julgou irregulares as despesas do governo mineiro com publicidade no exercício de 1989, quando o governador era Newton Cardoso. O TCE mineiro solicitou à Procuradoria Geral de Justiça do estado que promova o ressarcimento aos cofres públicos dos recursos gastos com propaganda oficial pelo ex-governador. Os gastos com publicidade efetuados em 1989 chegam a cerca de NCz\$ 75 milhões, mas a atualização monetária pode elevar a quantia a mais de Cr\$ 2 bilhões, que deverão ser devolvidos por Newton ao Tesouro estadual, conforme estimativa do conselheiro Maurício Brandi Aleixo, relator do processo.

Os cinco conselheiros presentes ao plenário aprovaram por unanimidade o relatório de Aleixo. O relatório determina a remessa da matéria ao Ministério Público, a quem compete executar o ressarcimento. O orçamento de 1989 previa despesas de NCz\$ 1,2 milhão para a assessoria de imprensa e relações públicas, que contraliza a gestão das verbas destinadas pelo governo mineiro à publicidade institucional, mas os gastos dessas repartições naquele exercício chegaram a cerca de NCz\$ 81 milhões. Desse total, cerca de NCz\$ 75 milhões foram gastos com propaganda oficial e apenas a agência de publicidade SMP & B Propaganda Ltda. recebeu quase NCz\$ 39 milhões. Segundo o relatório, os gastos com publicidade superaram o total de despesas de 25 outras repartições, entre elas as

secretarias de Justiça, Agricultura, Trabalho e Ciência e Tecnologia.

Segundo Maurício Aleixo, depois que a Constituição Federal entrou em vigor, em outubro de 1989, o governo mineiro deveria ter retirado da publicidade oficial o logotipo que acompanhava o nome do ex-governador Newton Cardoso nas peças e anúncios de propaganda usadas anteriormente. "O ex-governador apenas retirou seu nome da publicidade, mas manteve sua logomarca, o que caracteriza promoção pessoal", afirmou o conselheiro. Segundo ele, a aprovação das contas do estado de 1989 pelo TCMG não anistia as irregularidades praticadas nas despesas com publicidade.

No mesmo relatório, o conselheiro Maurício Aleixo solicitou ao Tribunal de Contas auditoria nos gastos com publicidade durante o exercício de 1990, cujas contas globais serão apreciadas pelo órgão em agosto. Conforme o relatório, o ex-governador incorreu novamente em ilícito administrativo ao utilizar sua logomarca nas peças de publicidade institucional do ano passado. O orçamento de 1990 previa gastos de cerca de Cr\$ 35 milhões com publicidade, mas as despesas chegaram a quase Cr\$ 1,5 bilhão, cabendo 87,26% da verba à agência SMP & B. O ex-assessor de Imprensa e Relações Públicas Estácio Ramos classificou o episódio de exploração política: os gastos, segundo ele, corresponderam a 40% do que foi gasto em São Paulo e a 50% do total do Rio.